Estados não podem cobrar Difal em 2022

[Edição 311 Tributária](#)

06/01/2022

Por [Vinícius de Barros](#)

No início do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais algumas cláusulas do Convênio ICMS 93/2015 do Conselho Nacional de Política Fazendária ("Confaz"), norma que regulamentou a cobrança do Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("Difal") nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS.

Para o STF, a cobrança do Difal deveria ser disciplinada por meio de Lei Complementar, e não por Convênio. Assim, enquanto não fosse editada Lei Complementar, os Estados e o Distrito Federal não poderiam cobrar o Difal.

Como os Ministros do STF decidiram que a declaração da inconstitucionalidade da cobrança do Difal disciplinada pelo Convênio ICMS 93/2015 produziria efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2022, a cobrança continua ocorrendo durante o ano de 2021.

Para que o Difal pudesse ser cobrado a partir de 2022, o Congresso Nacional teria que editar e fazer publicar, ainda em 2021, uma Lei Complementar para disciplinar a cobrança do Difal.

No final do ano passado, o Congresso aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 32 de 2021, prevendo a regulamentação do Difal, mas a Lei Complementar foi sancionada e publicada em 5 de janeiro de 2022.

Estamos falando da Lei Complementar n. 190, que mal entrou em vigor e já vem causando uma enorme polêmica. A celeuma diz respeito ao início da produção de efeitos da referida lei que autorizou a cobrança do Difal. Há três cenários possíveis, com diferentes consequências para Estados e contribuintes, sobre os quais comentamos a seguir.

Produção imediata dos efeitos da Lei

Essa hipótese a nosso ver deve ser descartada de plano, pois a própria Lei Complementar n. 190, em seu artigo 3º, diz que ela produzirá efeitos depois de 90 dias, conforme o disposto na alínea "c" do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal, que prevê que é vedada a cobrança de tributos antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Entretanto, não podemos desconsiderar a ilegal possibilidade de os Estados passarem a cobrar o Difal imediatamente, por isso consideramos essa como uma das hipóteses possíveis. Os contribuintes que sofrerem a cobrança do Difal antes de 4 de abril de 2022 devem impugnar a exigência fiscal, administrativa ou judicialmente.

Produção de efeitos a partir de 4 de abril de 2022

Essa hipótese tem como fundamento o disposto no artigo 3º da Lei Complementar n. 190, conforme mencionado acima. Se cobrarem o Difal antes de 4 de abril de 2022, os Estados e o Distrito Federal agirão em desacordo com o artigo 3º da Lei Complementar n. 190 e a alínea "c" do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal. Os contribuintes que sofrerem a cobrança do Difal antes da referida data devem impugnar a exigência fiscal.

Produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023

Essa hipótese deve gerar muita discussão entre o fisco e os contribuintes. Na nossa opinião, o Difal só poderá ser cobrado pelos Estados e o Distrito Federal a partir de 1º de janeiro de 2023. Nosso entendimento tem por fundamento o disposto na alínea "b" do inciso III do caput do art. 150 da

Nosso site apenas utiliza cookies para análise estatística. Não coletamos dados pessoais por meio de cookies.

Acesse aqui nossa [Política de Privacidade](#).

OK

JUDICIÁRIO, por meio de ação judicial preventiva, a fim de evitar os onus de possíveis cobranças indevidas.

Nosso site apenas utiliza cookies para análise estatística. Não coletamos dados pessoais por meio de cookies.

Acesse aqui nossa [Política de Privacidade](#).

OK